
TRABALHO E PRECARIZAÇÃO NUMA ORDEM NEOLIBERAL.**Carlos Eduardo Ribeiro Rocha¹***cadusophia@gmail.com*

O Professor Ricardo Luiz Coltro Antunes, um dos grandes conhecedores da obra marxiana na América Latina, possui graduação em Administração Pública pela (FGV- SP), mestrado em Ciência Política pela Unicamp e doutorado em Sociologia pela USP. Escreveu livros como: O Novo Sindicalismo no Brasil (1995), Os Sentidos do Trabalho. Ensaio Sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho (2013), Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho (2015), etc. Suas obras são referência para estudantes e pesquisadores que investigam, dentre outros temas, o mundo do trabalho e a exploração do capital.

No texto de Antunes é possível identificar inicialmente a forte crítica ao modelo de produção capitalista que se configura, principalmente no início do século XXI, que trás como consequências o desemprego, a precarização do trabalho e a degradação crescente entre o homem e a natureza. Para Antunes

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada. (Pag. 35).

A sociedade da era da acumulação flexível, segundo o autor, passa por frequentes representações da *(des)socialização*, do culto a *sociedade democrática*, até a crença na *desmercantilização da vita societal*, vislumbrando o fim do trabalho e a realização concreta do *reino da liberdade*. Ao contrário do que formula essas representações, para Antunes o que se constata é um processo destrutivo gerado pela globalização produtiva, a lógica do sistema produtor de mercadoria e a busca pela produtividade, que tem como efeitos uma imensa sociedade dos excluídos e precarizados, que não se restringe apenas países do Terceiro Mundo, mas a países do Norte, como Estados Unidos e Japão.

¹ Professor de Geografia da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins. Doutorando em Geografia pela UNESP/Presidente Prudente.

Para Antunes a velocidade com que avança a competitividade intercapitalista e se desenvolve a tecnologia concorrencial, muitos países como Brasil, Rússia, Inglaterra e Argentina não conseguem acompanhar a rapidez desse processo, levando-os a desmontagens de parques industriais, colocando em cheque a ideia de forma de sociabilidade produzida pelo capital, que desemprega e precariza mais de 1 bilhão de pessoas no mundo. Países que entraram nesse circuito produtivo, sobretudo por serem carentes de mercado internos e dependentes do Ocidente como: Coreia, Hong Kong, Taiwan, Cingapura, entre outros, que a princípio foram bem sucedidos, Para Antunes, “suas recentes crises financeiras são exemplo da sua fragilidade estrutural. E é bom reiterar que estes “novos paraísos” da industrialização utilizam-se intensamente das formas nefastas de precarização da classe trabalhadora”.

Antunes coloca essa condição de precarização e exclusão como ação destrutiva contra a força humana e de trabalho e aponta a ideia de István Mészáros, quando o mesmo afirma que “o capital, desprovido de orientação humanamente significativa, assume, em seu sistema metabólico de controle social, uma lógica que é essencialmente destrutiva, onde o valor de uso das coisas é totalmente subordinado ao seu valor de troca” (Mészáros, 1995). Nesse sentido Antunes destaca a falácia do discurso do *fim do trabalho* numa sociedade produtora de mercadorias e um imaginário do *reino da liberdade*, onde aponta que, cada vez mais, para a metabolização do capital é necessário a super-exploração do trabalho.

O autor faz um esboço analítico de pontos centrais da crise contemporânea no universo do mundo do trabalho, relacionando algumas tendências no contexto da crise estrutural do capital. São elas:

1. O padrão produtivo taylorista e fordista vem sendo crescentemente substituído ou alterado pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, chamada acumulação flexível, principalmente o modelo japonês Toyotismo.
2. O modelo de regulação social-democrático, sendo solapado pela (des)regulação neoliberal, privatizante e antissocial. (Pag. 37).

Essas tendências segundo Antunes destroem a força humana de trabalho; destroçam os direitos sociais; brutalizam os enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital comandado pelos Estados Unidos, Alemanha e o Japão, que desde o início do século XXI vem perdendo sua hegemonia política e econômica na Ásia para a China.

O capital vê como imprescindível a força humana de trabalho apenas para a reprodução desse mesmo capital, uma vez que ele é incapaz de realizar sua autovalorização. O capital consegue diminuir o trabalho vivo, porém não consegue eliminá-lo. As tentativas dessas diminuições do trabalho vivo segundo Antunes são claras, flexibilização, desregulamentação, terceirização são algumas delas.

Esse desmonte de direitos trabalhistas e precarização do trabalho humano vêm acompanhados de uma crise que se abateu no interior do movimento operário e sindical. Nesse sentido, o autor assinala alguns elementos centrais como: a crise estrutural do capital na década de 1970, desenvolvimento de práticas materiais da destrutiva auto reprodução ampliada do capital em detrimento da satisfação das necessidades humanas, explosivo desmoronamento do Leste Europeu, propagando-se, no interior do mundo do trabalho, a falsa idéia do “fim do socialismo”, a aceitação por parte do movimento operário e mesmo assimilação da nefasta e equivocada tese do “fim do socialismo” e a ocorrência de um agudo processo político e ideológico de social democratização da esquerda e a sua consequente atuação subordinada à ordem do capital. Dessa forma o movimento operário e sindical, passou a ter uma agenda mais próxima a agenda neoliberal.

O neoliberalismo passou então a executar seus programas de dominação nos países capitalistas, principalmente aqueles subordinados do Terceiro Mundo. Neles foram implantados um ideário de reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como Fundo Monetário Internacional. Caracterizando esse momento na história, que se materializa a partir da década de 1970, Antunes trás a seguinte citação:

A desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, o combate cerrado ao sindicalismo classista, a propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados da qual a cultura “pós-moderna”, bem como uma clara animosidade contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital, são traços marcantes deste período recente (Harvey, 1992; McIlroy, 1997; Beynon, 1995).

Antunes resume da seguinte forma essa processualidade complexa da crise que se abate no movimento operário e sindical: 1º - há uma crise estrutural do capital, 2º - deu-se o fim do Leste Europeu, 3º - Forte crise da socialdemocracia, 4º - expandia-se fortemente o projeto econômico, social e político neoliberal. Segundo ele, “tudo isso acabou por afetar fortemente o mundo do trabalho, em várias dimensões”.

A reestruturação do capital pós-crise de 1970, também trouxe uma nova forma de acumulação que se caracteriza pela flexibilidade e avanço tecnológico, onde se destaca nesse período o Toyotismo em contraposição ao Taylorismo/Fordismo. Suas características segundo Antunes são: 1) sua produção muito vinculada à demanda; 2) ela é variada e bastante heterogênea; 3) fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariada de funções; 4) tem como princípio o just in time, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção. O autor cita os “Os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ)” empregados pelo Toyotismo, como uma nova forma de apropriação pelo capital do saber fazer intelectual do trabalho, o que aprofunda a interiorização do trabalho alienado.

Antunes indica algumas formas de flexibilização de acumulação capitalista, baseada na reengenharia e na empresa enxuta, que tiveram consequências enormes no mundo do trabalho: 1) Há uma crescente redução do proletariado fabril estável; que vem diminuindo com a reestruturação, flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo; 2) Há um enorme incremento de trabalho precarizado, como os “terceirizados”, subcontratados e “part-time”; 3) Um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho nos países avançados; 4) Níveis de desemprego acentuado no setor de serviços; 5) Há exclusão dos jovens e dos idosos do mercado de trabalho dos países centrais; 6) Há uma inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho; 7) Há uma expansão do trabalho social combinado, onde trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo de produção e de serviços, aumentando os níveis de exploração do trabalho.

O autor faz uma leitura dessa conjuntura do mundo do trabalho que se configura pós 1970 e se amplia no século XXI dizendo que, a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais, criou-se o trabalhador “polivalente e multifuncional” da era informacional e que está subordinado a (des)sociabilização contemporânea, que tem como características a desregulamentação, flexibilização, terceirização, downsizing e “empresa enxuta”. Essas condições “são expressões de uma lógica societal onde se tem a prevalência do capital sobre a força humana de trabalho, que é considerada somente na exata medida em que é imprescindível para a reprodução, deste mesmo capital”.

Antunes reafirma que o mundo do trabalho, sob o capitalismo, não se constata o fim do trabalho como medida de valor, mas uma mudança qualitativa, dado pelo trabalho multifuncional, intensificação levada ao limite das formas de exploração do trabalho, e da

objetivação de atividades cerebrais. Neste contexto o que se tem, cada vez mais é uma “*crescente capacidade de trabalho socialmente combinada*”, contatando-se uma inter-relação acentuada das formas de extração de mais valia relativa e absoluta, que se realiza em escala ampliada e mundializada.

Porém, com todo esse encadeamento de fragilização e tentativa de diminuição da relação homem/processo produtivo, Antunes em seu texto traz a seguinte reflexão sobre a tese do *fim do trabalho sob o modelo de produção capitalista*:

A simples sobrevivência da economia capitalista estaria comprometida, sem falar em tantas outras consequências sociais e políticas explosivas que adviriam desta situação. Tudo isso evidencia que é um equívoco pensar na desaparecimento ou fim do trabalho enquanto perdurar a sociedade capitalista produtora de mercadorias e — o que é fundamental — também não é possível perspectivar nenhuma possibilidade de eliminação da classe-que-vive-do trabalho, enquanto forem vigentes os pilares constitutivos do modo de produção do capital. (Pag. 45).

Antunes ao finalizar seu texto reitera que, “a tese do fim da classe trabalhadora, mesmo quando restrita aos países centrais é, em nossa opinião, desprovida de fundamentação, tanto empírica quanto analítica”. A falta de uma noção ampliada de trabalho, que leve em conta seu caráter multifacetado, é um forte exemplo da fragilidade desta tese, segundo Antunes.

REFERÊNCIA

ANTUNES, R. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). *A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 37-50.

Submetido em: março de 2018

Aceito em: abril de 2018